

KUPFER, D. Leite derramado. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 04/02/2009.

Leite derramado

04/02/2009

Desde março de 2001 o Brasil não sabia o que era déficit comercial. Janeiro de 2009 ficará marcado como o mês da surpreendente virada da balança comercial brasileira, expressa pelo resultado negativo de US\$ 518 milhões registrado no período, uma variação impressionante quando contrastada com o superávit de quase US\$ 1 bilhão auferido em janeiro de 2008. Relativamente a essa mesma base de comparação, tanto as exportações quanto as importações caíram, as primeiras, porém, com maior intensidade do que as segundas (22,8% e 12,6%), explicando esse mau desempenho. Já quando observadas em conjunto, a contração das exportações e das importações provocou um encolhimento de 18% da corrente de comércio brasileira em um intervalo de tempo de apenas um ano, outro número não menos impressionante.

Diante desse desempenho tão preocupante, o que se pode esperar para a balança comercial nos próximos meses? Essa é uma pergunta ainda muito difícil de ser respondida pois os efeitos da crise financeira estão longe de estarem totalmente estabelecidos. Possivelmente, mesmo não sendo ainda disponíveis os dados requeridos para embasar respostas muito precisas, os indícios são de que o déficit de janeiro tenderá a ser revertido, tornando-se um superávit moderado lá para meados do ano, garantindo assim um resultado final positivo para 2009. Isso porque ao longo dos próximos meses as exportações sazonais ligadas aos produtos agrícolas, especialmente a soja, começarão a ser escoadas enquanto as importações, que até o momento vêm seguindo uma trajetória de contração mais lenta, deverão convergir mais rapidamente para níveis mais consistentes com o desaquecimento em curso no mercado interno brasileiro e também com o novo patamar mais desvalorizado da taxa de câmbio.

Porém, quando o horizonte de análise se estende para períodos mais longos, as fontes de apreensão tornam-se mais difíceis de serem afastadas, em consequência do aprofundamento da dependência de commodities que marcou a trajetória das exportações brasileiras nos últimos anos - ou décadas. Evidências de que o perfil das exportações brasileiras caminhou na contramão do que agora é desejável podem ser facilmente obtidas pela análise da evolução recente da concentração das vendas ao exterior em termos dos diversos produtos comercializados. Enquanto em 2006, 50% das exportações totais foram originadas por 32 produtos da pauta de comércio, essa mesma parcela em 2008 foi proporcionada por apenas 24 produtos, quase todos eles produtos básicos ou semi-manufaturados. Quando se toma como referência apenas o segundo semestre de 2008, focando no período em que a retração dos mercados internacionais já estava deflagrada, esse tendência de concentração não somente não se modifica como até mesmo se acentua: nesses seis meses finais de 2008 apenas três produtos responderam por quase 20% das

exportações acumuladas do período, enquanto o limite de 50% das exportações foi originado por 18 produtos (ante 26 produtos no segundo semestre de 2006).

Construída sob o olhar complacente dos formuladores da política econômica, reverter essa tendência e redefinir a inserção da indústria brasileira na economia mundial certamente não será uma tarefa fácil. Desde o episódio do "mini-crash" ocorrido na Bolsa de Xangai há exatos dois anos, que repercutiu com extrema virulência na Brasil - dentre todas as bolsas de valores, a Bovespa foi a que sofreu o maior contágio, sendo a recordista mundial na queda das cotações - era sabido que, quando a onda de desvalorização dos ativos financeiros começasse a se disseminar mundo afora, decretando a inevitável contração no ritmo de expansão da economia mundial, as grandes empresas no Brasil, especialmente as exportadoras de matérias-primas, iriam se ressentir pesadamente, devido primeiro, ao efeito direto sobre as suas receitas esperadas e, segundo ao efeito indireto, e com maior potencial negativo, que poderia decorrer de um eventual retorno a uma situação de maior vulnerabilidade externa da economia brasileira. Nos termos do debate travado à época, subsistia a preocupação com a prevalência de um regime competitivo que estava forçando a estrutura produtiva brasileira a um processo de especialização prematuro, com todas as consequências negativas a ele associado, entre elas, um aumento da fragilidade do sistema industrial nacional diante de possíveis turbulências na economia mundial. Em nome de uma pretensa saúde macroeconômica, que as autoridades econômicas orgulhosamente exibiam como demonstração do acerto das políticas adotadas, pouco ou nenhuma atenção era conferida a essas preocupações: trocou-se vulnerabilidade macroeconômica por fragilidade industrial.

Diferentemente da situação do mercado de trabalho, sobre o qual ninguém rigorosamente imaginava que a crise internacional iria chegar com a força com que se abateu de outubro para cá, a deterioração do desempenho comercial brasileiro já vinha sendo antecipada por muitos analistas menos comprometidos com a ortodoxia monetarista que parecia enfeitiçar o governo brasileiro. Os equívocos explicitados no episódio da exigência de licença prévia para as importações, decretada e anulada pelo governo no intervalo de alguns poucos dias, acende uma luz vermelha pois mostra que não há muito o que fazer em defesa da balança comercial no curto prazo que não a adoção de medidas sintomáticas. O retorno da pujança comercial brasileira dependerá de medidas de política eficazes no combate da crônica deficiência competitiva da indústria brasileira e da aguda penetração de importações que se enraizou no tecido industrial local nos tempos recentes de excessiva valorização cambial.

Sabe-se que não adianta chorar sobre o leite derramado. Embora esse conhecimento provavelmente não esteja impedindo que muitas lágrimas já estejam sendo vertidas, cabe agora à política econômica se conscientizar de que os sinais de retomada de um maior protecionismo no comércio internacional exigirá uma inflexão na política comercial brasileira, que terá que tornar-se mais ativa na promoção das exportações e mais presente na substituição competitiva de importações.